



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL – VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS

COMARCA	PARAGOMINAS
UNIDADE INSPECIONADA	2ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas
COMPETÊNCIA DA UNIDADE ATO NORMATIVO	Privativa para Registros Públicos, Sucessão, Falência e Recuperação Judicial, Acidente de Trabalho, Casamento, Provedoria, Resíduos e Fundações, além de Cível e Empresarial, Família e Cartas Precatórias por distribuição. Resolução 019/2006 - GP.
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	07 a 08/05/2024 – Edital 002/2024-CGJ
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	José Felizardo Esmeraldo Neto Diretor de Secretaria
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Eliana Conceição Vasques da Silva Pereira Tiara Guedes Aires

1. **INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):**

Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Dr. Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, juiz titular desde 22/01/2024 (Portaria nº 10/2024 – SEJUD)

1.1. **Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:**

- Férias: não
- Folgas compensatórias: 14/03/2024 a 15/03/2024 – Portaria 787/2024 – GP, 20/03/2024 a 22/03/2024 – Portaria 787/2024 – GP, 25/03/2024 a 27/03/2024 – Portaria 787/2024 – GP, 01/04/2024 a 04/04/2024 – Portaria nº 1440/2024, 17/04/2024 – Portaria nº 1690/2024 – GP.
- Licenças: 26/02/2024 a 27/02/2024 – TJPAMEM-2024/10784.

1.2. **Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

No âmbito desta Corregedoria, foram prestadas as seguintes informações pela Secretaria da CGJ: “Informe, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: **"Paragominas – 2ª Vara Cível e Empresarial - TJPa"**, não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: **PP 0001142-12.2024.2.00.0814** (Prazo em curso - Aguardando manifestação), **CorOrd 0000733-36.2024.2024.2.00.0814** (Conclusos com relatório); Informo por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor do magistrado titular da Vara, Dr. **Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade**.

Foi identificado o Processo Administrativo Disciplinar nº 0000461-42.2024.2.00.0814, aberto em desfavor da titular da serventia do Único Ofício de Paragominas - PA em andamento, com prazo de resposta para 18/06/2024, no sistema PJE COR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nos demais setores administrativos, não foram localizados expedientes pendentes.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

Opções de pesquisa:

Nome Local de trabalho Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas

SubArea Comarcas do Interior
 Lotação 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas
 Gestor(a) [Jose Felizardo Esmeraldo Neto](#)
 Localização FORUM DR. CELIO DE REZENDE MIRANDA
 Telefones (91) 3729-9700
 E-mail Institucional
 Juiz Titular Agenor Cassio Nascimento Correia de Andrade

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Agenor Cassio Nascimento Correia de Andrade	Magistrados		Normal
Carlos Eduardo Souza da Silveira	Estagiario	Estagiario	Normal
Carolina Cabral Correia	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Debora Leticia Silva Fagundes	Estagiario	Estagiario	Normal
Gilvnete Maria de Santana	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Fundamental	Normal
Jose Felizardo Esmeraldo Neto	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Luciana Cristina Vilhena Lopes de Azevedo	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Manoel Batista Sampaio	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Ricardo Coelho da Silva	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Fernanda Rodrigues Lagares	Efetivo	Analista Judiciario	Normal

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	3
Exclusivamente comissionados(as)	-
Cedidos(as)/Requisitados(as)	1
Estagiários/as	1
Terceirizados/as	-

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	2
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	-
Estagiários(as)	-
Terceirizados(as)	-

2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

A unidade realiza acompanhamento periódico das metas traçadas no plano de ação, através de coleta dos dados estatísticos no painel de gestão judiciária, além alimentação em planilha própria no excel, fazendo a (re)avaliação periódica (diária, semanal ou mensal, a depender do objetivo a ser alcançado do plano) por meio da comparação objetiva, quantitativa, e qualitativa dos índices alcançados. Em relação à



Meta 1 o acompanhamento é realizado diariamente com base na entrada de feitos a fim estipular as metas do gabinete. A unidade anexou PLANO DE AÇÃO (ANEXO I).

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

Os servidores da 1ª VCE de Paragominas realizaram os seguintes cursos pela Escola Judicial do TJPA:

- SEMINÁRIO "CONSTRUINDO UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL: POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO" - 1º EVENTO - 24.06.2022 - PRESENCIAL - **Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo;**
- CURSO TELETRABALHO - 13/10/2022 - **José Felizardo Esmeraldo Neto.**
- CURSO TELETRABALHO - 18/11/2023 - **Fernanda Rodrigues Lagares;**
- TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 36: Painel do Usuário / Menu Vertical - 04/12/2023 - **José Felizardo Esmeraldo Neto;**
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 37: AUTOS DIGITAIS – 05/12/2023 - **José Felizardo Esmeraldo Neto e Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo.**
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 38: COMUNICAÇÕES - 06/12/2023 - **José Felizardo Esmeraldo Neto e Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo.**
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 39: MODELOS - 07/12/2023 - **José Felizardo Esmeraldo Neto e Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo.**
- OFICINA - I SEMANA DE INOVAÇÃO DO PJPA – ONLINE – 23/02/2024 - **José Felizardo Esmeraldo Neto, Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo e Manoel Batista Sampaio.**
- WORKSHOP: A NOMINAÇÃO PADRÃO DE ETIQUETAS - 19/03/2024 - **Fernanda Rodrigues Lagares, Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo e Manoel Batista Sampaio.**
- TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 1: AUTOS DIGITAIS – 08.04.2024 - **José Felizardo Esmeraldo Neto, Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo e Manoel Batista Sampaio.**
- TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 2: REMESSAS - 09.04.2024 - **José Felizardo Esmeraldo Neto, Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo e Manoel Batista Sampaio.**
- TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 3: REDISTRIBUIÇÃO - 10.04.2024 - **José Felizardo Esmeraldo Neto, Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo e Manoel Batista Sampaio.**
- TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 4: OFÍCIO PRECATÓRIO - 11.04.2024 - **José Felizardo Esmeraldo Neto, Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo e Manoel Batista Sampaio.**
- CURSO TELETRABALHO – 17/04/2024 - **Lucina Cristina Vilhena Lopes de Azevedo.**

Cabe destacar que além dos cursos realizados pela Escola Judicial do TJPA, os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

servidores **José Felizardo Esmeraldo Neto, Luciana Cristina Vilhena Lopes de Azevedo e Manoel Batista Sampaio** estão cursando atualmente Pós-Graduação em Direito Processual Civil na IPEMIG – Instituto Pedagógico de Minas Gerais e o último, ainda, Doutorado na UMSA - Universidade del Museo Social Argentino.

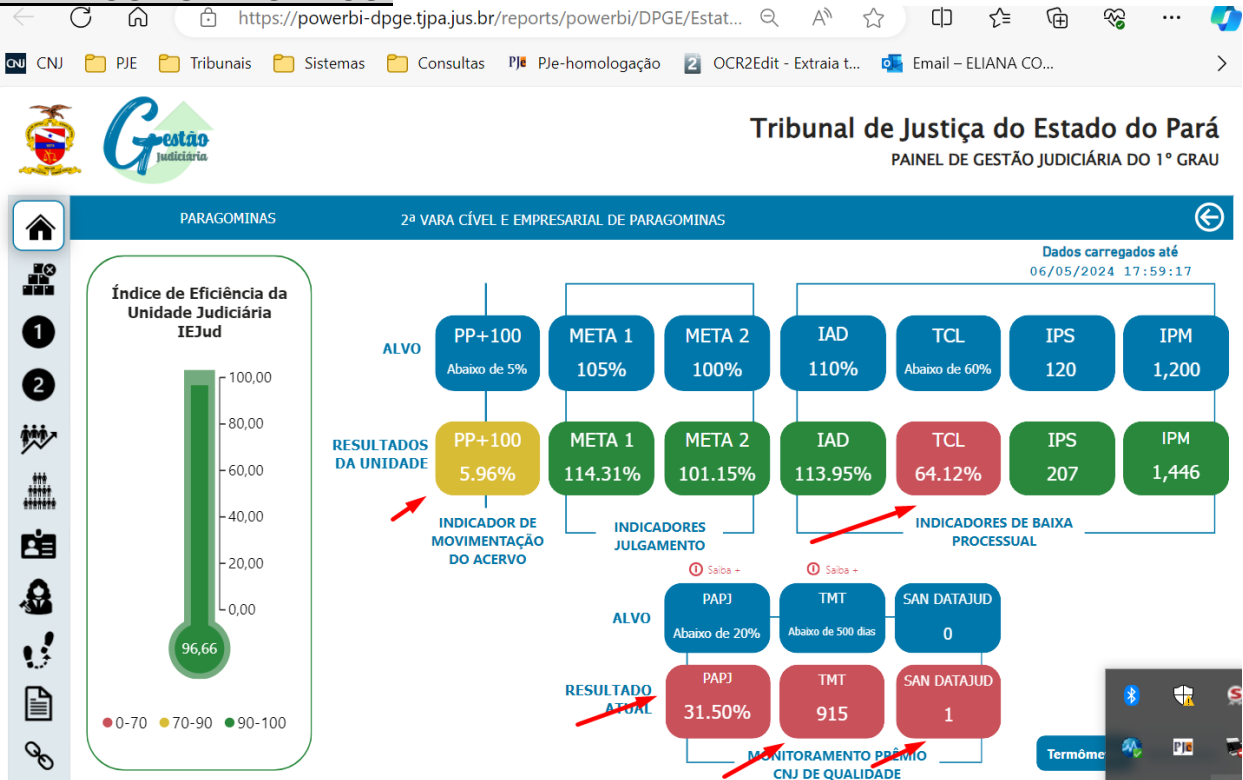
3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Sim. TJPA-MEM-2024/08330. 06/03/2024.

OBS CGJ: Consultando o Sigadoc, foi confirmado o atendimento por meio de Ata de Preço com um novo *layout* do espaço, porém estão faltando pontos de internet, pois trabalham com *wi fi* corporativo que é muito intermitente, o que vem causando grande transtorno para a Vara.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:



4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 24 / 04 / 2024.

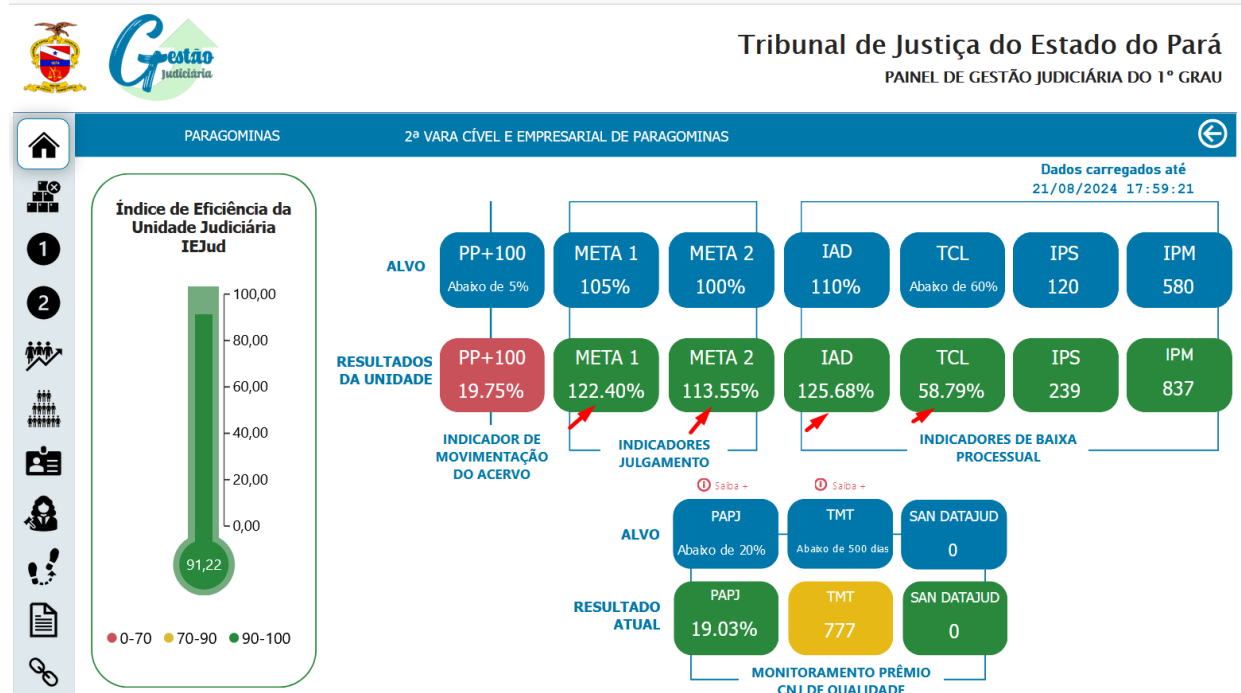
Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Dados Inspeção 06/05/2024
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos,	2684	2449



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)		
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	51	54
Total do acervo com prioridade	289	284
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	29	00
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	5	00
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	1120	913
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	371	146
Total de processo conclusos para o(a) magistrado há mais de 100 dias envolvendo prioridade legal	30	05

OBS CGJ.: Em **monitoramento** realizado pela CGJ no dia **21/08/2024**, através do **Gestão Judiciária**, verificou-se progresso da unidade judiciária em relação aos dados colhidos na data da inspeção, **com expressivo aumento no grau de cumprimento da Meta 1** (considerando os últimos 12 meses), **Meta 2** e **índice de atendimento à demanda (IAD)**; bem como **redução da taxa de congestionamento líquido (TCL)**, do número de processos antigos paralisados (PAPJ) e do duração do tempo médio do processo (TMT), conforme print dos indicadores abaixo:



OBS CGJ II: No entanto, verificou-se aumento no percentual de processos paralisados há mais de 100 dias para 19%, devendo a unidade concentrar esforços no sentido de movimentar os processos paralisados, bem como adotar estratégias para impedir que novos processos atinjam os cem dias paralisação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 01/02 a 30/04/2024

PROCESSOS JUDICIAIS	Quantidade Inspeção
Total de processos distribuídos e redistribuídos	391
Total de processos julgados	428
Total de processos baixados definitivamente do acervo (Programa de Incremento de Baixas-PIB)	426

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 01/02 a 30/04/2024

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	Quantidade Inspeção
Decisões	665
Despachos	321
Sentenças com resolução de mérito	216
Sentenças sem resolução de mérito	198
Audiências realizadas	107

4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim. Nos termos do plano de ação da vara, a unidade utiliza o filtro dos paralisados do Gestão Judiciária. A secretaria lista os paralisados de 70 a 100 dias, a fim de que haja movimentação até 95 dias de paralisação, porém a depender do direcionamento da equipe para outros objetivos nem sempre é possível atender a todos os processos constantes da listagem. O gabinete utiliza semanalmente o filtro, do maior para menor, em termos de paralisados, a fim de evitar que novos processos ingressem no PP+100.

OBS CGJ: Conforme acompanhamento dos processos paralisados realizados pelo DPGE (vide print abaixo) demonstra que de **janeiro/2024 a maio/2024** houve **redução do percentual de processos paralisados na unidade judicial, de 29,51% para 4,81%**, demonstrando **efetividade das ações adotadas pelo gabinete e secretaria.**

UNIDADE	Mês	ANO	ACERVO	ACERVO GAB	ACERVO SEC	PARALISADO	%PARALISADO	PARALISADO GAB	%PARALISADO GAB	PARALISADO SEC	%PARALISADO SEC	ACERVO PRIORIDADE
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	janeiro	2024	2.579	1.124	1.455	761	29,51%	693	61,65%	68	4,67%	32
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	fevereiro	2024	2.556	1.145	1.411	806	31,53%	729	63,67%	77	5,46%	
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	março	2024	2.552	1.141	1.411	642	25,16%	516	45,22%	126	8,93%	30
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	abril	2024	2.476	1.014	1.462	287	11,59%	256	25,25%	31	2,12%	29
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	maio	2024	2.393	879	1.514	115	4,81%	113	12,86%	2	0,13%	29

Porém, em **agosto/2024** esse percentual voltou a subir (**19%**), o que pode ter decorrido do esforço realizado pela unidade para julgamento dos processos antigos (PAPJ). É necessário que a unidade retome os esforços no sentido de reduzir novamente o percentual de paralisados a mais de cem dias a fim de que, até a próxima correção ordinária, não haja mais processos nessa condição.



5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

A unidade realiza monitoramento constante para manutenção do percentual mínimo de **110%** de cumprimento da Meta 1, conforme estabelecido no plano de ação.

OBS CGJ: Na data da inspeção, conforme Painel de Metas Nacionais do TJPA, o grau de cumprimento da **Meta 1** era **132,13%**. Em **21/08/2024** esse percentual era **136,60%**.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 14 anos? (gestão judiciária)

A **Meta 2** está **cumprida** para **2024**.

Na **data da inspeção**, a unidade necessitava julgar **15 processos** cumprimento da **Meta 2+14** (aguardando julgamento há mais de 14 anos).

Em **21/08/2024**, necessita julgar **05 processos** para cumprimento da **Meta 2+14**.

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?

META 4 – **não se aplica** à unidade.

META 8 – **não se aplica** à unidade.

META 10 – **cumprida**.

META 11 – **cumprida**.

OBS CGJ: Em relação à **Meta 11**, ressalta-se que a meta trata do julgamento de processos afetos à Infância e Juventude e a unidade não possui tal competência. Dessa forma, **orienta-se ao magistrado verificar a correta classificação dos processos**, em especial os processos de guarda.

5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como



parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?

Percentual TCL em 01.01.2024: **63,13%**
Percentual TCL data da inspeção: **64,12%**
Percentual TCL em 21.08.2024: **58,79%**

APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL

5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

No PJe da unidade foram identificadas as etiquetas “F. Suspensão – Repetitivo Tema 1.050” e “F. Suspensão – Repetitivo Tema 1.150”, porém não havia processos vinculados em razão de terem sido dessobrestados e estão em regular tramitação.



5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

Não foram identificados processos nessa situação no PJe, nem no Gestão Judiciária.

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

Havendo processo nessa situação, a retomada ocorre logo após a comunicação recebida por e-mail do NUGEPNAC ou ciência da informação acerca do assunto através de pesquisa nos sites STF/STJ e ou petição nos autos.

5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Não.

5.9. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

Mensalmente.

5.10. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos



temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Pelo banco de precedentes judiciais disponibilizado no site do TJPA, e-mail do NUGEPNAC e consulta aos Tribunais Superiores. Mensalmente.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.11. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

Prejudicado, em razão da competência.

5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?

Prejudicado, em razão da competência.

5.13. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024)

Prejudicado, em razão da competência.

5.15. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

Prejudicado, em razão da competência.

5.16. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Prejudicado, em razão da competência.

5.17. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

Prejudicado, em razão da competência.

5.18. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

Prejudicado, em razão da competência.

5.19. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Prejudicado, em razão da competência.

REGISTROS PÚBLICOS

5.20. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

A periodicidade de fiscalização coincide com a realização dos plantões da unidade na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

comarca de Paragominas, de modo que a próxima visita será realizada nos dias 27 e 28 de abril.

Em correição realizada no período de 05/02/2024 a 07/02/2024 foi observado o regular funcionamento do plantão.

5.21. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

O cartório local formalizou convênio com a Prefeitura Municipal de Paragominas, de sorte que foi instalada uma unidade interligada junto ao Hospital Municipal, que se encontra em regular funcionamento.

5.22. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

No acervo ativo da unidade, extraído do Gestão Judiciária, foram identificados 60 Processos com o assunto “Registro de Nascimento Após o Prazo Legal” (7732), dos quais 03 se encontram julgados, conforme *print* de tela abaixo.

Nº DO PROCES	ANO DI	SITUAÇÃO	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO	DATA DA DI	CÓD	ÚLTIMO MOVIM	TE
0003298522019814	2019	JULGADO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		22/04/2024 08:20	11/04/2019	60	Expedição de docu	13
0803444262020814	2020	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		17/04/2024 11:43	07/10/2020	51	Conclusão	18
0804930122021814	2021	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		25/04/2024 11:43	28/10/2021	85	Petição	10
0801578752023814	2023	JULGADO	Outros procedime 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		22/01/2024 09:20	30/03/2023	51	Conclusão	104
0800029472019814	2019	EM ANDAMENTO	Outros procedime 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		21/04/2024 15:24	11/04/2023	51	Conclusão	14
0802897782023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		29/04/2024 12:32	26/05/2023	85	Petição	6
0803198252023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 08:51	12/06/2023	85	Petição	2
0804807432023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal 7735 -		18/03/2024 12:39	25/08/2023	581	Documento	48
0805082892023814	2023	EM ANDAMENTO	Outros procedime 7732 - Registro de nascimento após prazo legal 7925 -		11/04/2024 13:35	04/09/2023	581	Documento	24
0805449162023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:52	20/09/2023	106	MANDADO	2
0805446612023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:39	20/09/2023	85	Petição	2
0805445762023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 10:30	20/09/2023	581	Documento	2
0805487282023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:56	21/09/2023	106	MANDADO	2
0805485582023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:53	21/09/2023	85	Petição	2
0805486432023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:50	21/09/2023	85	Petição	2
0805484732023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:42	21/09/2023	106	MANDADO	2
0805488132023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:42	21/09/2023	85	Petição	2
0805482062023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 10:37	21/09/2023	581	Documento	2
0805577362023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:55	26/09/2023	85	Petição	2
0805598122023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:51	26/09/2023	85	Petição	2
0805590352023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:49	26/09/2023	85	Petição	2
0805582582023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:48	26/09/2023	85	Petição	2
0805585132023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:46	26/09/2023	85	Petição	2
0805578212023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:45	26/09/2023	85	Petição	2
0805596422023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:44	26/09/2023	106	MANDADO	2
0805595572023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:44	26/09/2023	85	Petição	2
0805597272023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:41	26/09/2023	85	Petição	2
0805594722023814	2023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal		03/05/2024 22:38	26/09/2023	85	Petição	2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8055790620238142023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	03/05/2024 22:35	26/09/2023	85 Petição	
8055765120238142023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	03/05/2024 10:34	26/09/2023	581 Documento	
8055869520238142023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	03/05/2024 10:33	26/09/2023	581 Documento	
8055878020238142023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	03/05/2024 10:29	26/09/2023	581 Documento	
8055920520238142023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	03/05/2024 10:27	26/09/2023	581 Documento	
8058848720238142023	EM ANDAMENTO	Outros procedime 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	16/04/2024 13:57	07/10/2023	60 Expedição de docu	1
8063438920238142023	JULGADO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	10/04/2024 10:35	31/10/2023	85 Petição	2
8070497220238142023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	29/04/2024 14:00	01/12/2023	581 Documento	
8073805420238142023	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	25/04/2024 11:47	19/12/2023	85 Petição	1
8015922520248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	02/05/2024 15:43	08/03/2024	51 Conclusão	
8015740420248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	01/05/2024 06:23	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	
8016000220248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	01/05/2024 06:20	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	
8015905520248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	29/04/2024 12:31	08/03/2024	85 Petição	
8015991720248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	12/04/2024 11:37	08/03/2024	51 Conclusão	2
8016043920248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	10/04/2024 19:19	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8015957720248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	10/04/2024 19:19	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8015949220248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	10/04/2024 19:18	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8016026920248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	07/04/2024 11:55	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8016035420248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	07/04/2024 11:54	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8015974720248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	07/04/2024 08:27	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8015983220248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	07/04/2024 08:25	08/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8016312220248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	13/04/2024 01:40	11/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8017248220248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	02/05/2024 15:33	14/03/2024	51 Conclusão	
8017395120248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	13/04/2024 01:40	14/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8017317420248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	13/04/2024 01:35	14/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8017663420248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	29/04/2024 12:32	15/03/2024	85 Petição	
8017508020248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	13/04/2024 01:40	15/03/2024	1051 Decurso de Prazo	2
8019915420248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	03/05/2024 05:03	26/03/2024	1051 Decurso de Prazo	
8020747020248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	02/05/2024 15:24	29/03/2024	51 Conclusão	
8022773220248142024	EM ANDAMENTO	Cumprimento de s 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	18/04/2024 04:16	09/04/2024	92 Publicação	1
8023709220248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	30/04/2024 10:15	12/04/2024	85 Petição	
0802370920248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	30/04/2024 10:15	12/04/2024	85 Petição	
08028169520248142024	EM ANDAMENTO	Retificação ou Sup 7732 - Registro de nascimento após prazo legal	30/04/2024 11:25	30/04/2024	26 DISTRIBUIÇÃO	

60

OBS CGJ: No PJe foi identificada a Etiqueta “[D] REGISTRO DE NASCIMENTO APÓS O PRAZO LEGAL”, porém não havia processos vinculados. Os processos estavam identificados com outras etiquetas com a nomenclatura de Registro Público.

RECOMENDA-SE que a unidade **ultime as diligências** para finalização dos referidos procedimentos, de modo que demandas desta natureza não ultrapasse um ano de tramitação.

5.23. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)

Sim. Nas aldeias indígenas. No ano de 2023 foi realizado o projeto “Acesso à Justiça: Zane Rer Imukatu Har Wa”, que ocorreu nos dias 1 e 2 de setembro na aldeia Teko Haw, com instalação do PID, inclusive com ações voltadas à regularização dos registros públicos da população indígena.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.24. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

Não há processos de Recuperação Judicial em tramitação no acervo da unidade, apenas o falimentar 0003153-98.2016.8.14.0039, já sentenciado.

Nº DO PROCESSO	ANO DE	SITUAÇÃO	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO	DATA DA DI	CÓD.	ÚLTIMO
00031539820168140039	2016	JULGADO		Falência de Empre5001 - Liquidação	22/04/2024 03:25	30/03/2016		92 Publicaçã



CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL

5.25. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1182 pelo Supremo Tribunal Federal?

Prejudicado, em razão da competência.

AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.26. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

Sim. As demandas que envolvem matéria ambiental são identificadas pela etiqueta H. Ambiental e pelo assunto [D] DANO AMBIENTAL.

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.27. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Não há termo de cooperação e/ou ato consertado realizado ou em andamento.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (*Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE n. 0002009-73.2.00.0814*)

Analisando, por amostragem, os processos **08068672320228140039**, **08068923620228140039** e **08068940620228140039**, restou constatado que a unidade utilizou o movimento correto para levantamento da suspensão, conforme recomendado pela Nota Técnica do DPGE (ofício circular 048/2022-CGJ). Além disso, foram analisados por amostragem os processos **0001061-84.2015.8.14.0039**, **00028066520168140039** e **08019846720218140039**, constantes como suspensos no acervo da unidade judiciária, os quais encontram-se regularmente suspensos, com as movimentações corretas.

6.2. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Não há registro de bens apreendidos.

6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)

Não havia pendências de saneamento no DATAJUD.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?

Na primeira oportunidade, após atualização das informações por meio de petições, os servidores, ao impulsionar os autos, realizam a retificação da atuação do processo adicionando os novos dados, sobretudo antes da produção de documentos e/ou remessa ao gabinete.

OBS CGJ. I: Durante a inspeção a equipe da Corregedoria orientou quanto a **imprescindibilidade desta atualização no momento de verificação da pasta agrupadores e/ou momento que o servidor tomar conhecimento nos autos dessa atualização**, devendo ainda revisar esses dados antes da expedição de mandados e outros documentos no sistema Pje, ressaltando a importância dessa rotina para automatização da expedição de documentos com variáveis.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Havia 418 notificações, sendo a mais antiga de 10/04/2024.

OBS CGJ: Na ferramenta agrupadores, através consulta pelo período “sempre” foram identificadas 6993(seis mil novecentos e noventa e três) petições avulsas não lidas.

OBS CGJ: Durante a inspeção, foi refletido com a unidade sobre a importância da leitura diária dos agrupadores para conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

pelos oficiais de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção, devendo após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, ser retirado de destaque dos agrupadores, haja vista que a saída não é automática.

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Os mandados de prisão estão sendo cadastrados no BNMP.

A captura de tela mostra a interface de pesquisa do BNMP. No topo, há um campo de busca com o texto "2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS" e um ícone de lupa. À direita, há uma opção "Buscar Órgãos Vinculados" e um campo "Sexo" com uma seta para baixo. Abaixo, há campos para "Tipo de Peça" e "Status", ambos com setas para baixo. Um botão "X Limpar" está à esquerda e um botão "Q Pesquisar" à direita. O resultado da pesquisa é exibido em três colunas: "0 Internados", "0 Presos" e "Outros Status:".

0 Internados	0 Presos	Outros Status:
0 Internado Provisório	0 Preso Provisório	4 Procurado
0 Internado Execução Provisória	0 Preso Civil	0 Foragido
0 Internado Execução Definitiva	0 Preso Condenado em Execução Provisória	0 Morto
	0 Preso Condenado em Execução Definitiva	97 Em liberdade

Abaixo dos resultados, há o texto "Resultado da pesquisa" e uma tabela com cabeçalhos "Nome da Peça", "Data" e "Ano da Peça".

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Não há processos migrados pendentes de regularidade e/ou sem movimentação.

6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Na data da inspeção, **NÃO** havia processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria.

6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Jose Neto



Tarefas

3018

Filtros **GAB** **SEAJP** **SEINP** **SEPOD** **SESUD**

Avaliar ato proferido de julgamento	112
Aguardando apreciação pela instância superior	144
Aguardando o pagamento de custas iniciais	35
Aguardando publicação no DJEN	12
Aguardando retorno dos correios	10
Aguardar realização de audiência	57
Analisar fim da suspensão	1
Analisar manifestação parcial	216
Analisar suspensão ou sobrestamento	5
Avaliar ato proferido de decisão	199
Avaliar ato proferido de despacho	90
Avaliar decisão em audiência	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	3018
Filtros GAB SEAJP SEINP SEPOD SESUD	▼
Avaliar decisão sobre justiça gratuita	64
Avaliar decisão sobre liminar e tutela	22
Avaliar expedição de documento	23
Comunicação por correios frustrada	1
Comunicação realizada pelos correios	2
Cumprir determinação sobre desarquivamento	25
Cumprir liminar deferida	4
Custas não pagas	3
Designar Perícia	28
Designação de audiência	1
Devolvido da contadoria	1
Encerrar expedientes (manualmente)	1
<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	3018
Filtros GAB SEAJP SEINP SEPOD SESUD	▼
Minutar análise de desarquivamento	23
Minutar apreciação de justiça gratuita	56
Minutar ato de análise de liminar e tutela	16
Minutar ato de análise de prevenção	7
Minutar ato de decisão	765
Minutar ato de despacho	348
Minutar ato de homologação	14
Minutar ato de julgamento	175
Minutar documento	16
Operações de Perícia	3
Preparar ato de comunicação simplificado	7
Preparar comunicação	4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processo com prazo em curso	232
Processo suspenso	8
Verificar providência a adotar	287

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim. Existem vários modelos cadastrados na unidade. Exemplo:



ESTADO DO PARÁ – PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PARAGOMINAS

#{processoTrfHome.instance.numeroProcesso}

MANDADO DE CITAÇÃO

Nos termos do art. 93, XIV da CF/88, e, em cumprimento à Portaria nº 2/2007-GJ, que segue determinação do Provimento 006/2006-CJRMB.

MANDO os Oficiais de Justiça deste Juízo, a quem este for apresentado, indo devidamente assinado, expedido nos autos de n.º **#{processoTrfHome.instance.numeroProcesso}** da ação de **#{processoTrfHome.instance.classeJudicial}/#{processoTrfHome.instance.assuntoTrfListStr}** movida por **#{processoTrfHome.processoPartePoloAtivoSemAdvogadoStr}**, em face de **#{processoTrfHome.processoPartePoloPassivoSemAdvogadoStr}**, que em seu cumprimento, dirija-se nessa cidade e comarca e sendo aí depois de observadas as formalidades legais, **CITE** o(a) Requerido(a) **#{processoTrfHome.processoPartePoloPassivoSemAdvogadoStr}**,



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

com endereço na #processoTrfHome.processoParteEnderecoPoloPassivoStr}, para integrar a relação jurídico processual (CPC, artigo 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigos 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC, artigo 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC, artigo 335, III), vide Despacho anexo.

CUMpra-se na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade de Paragominas, aos #dataAtual}, o qual digitei e assino.

#usuárioLogado.nome}

OBS CGJ: Durante a inspeção foi reforçado com a equipe sobre a importância da utilização de modelos cadastrados com a utilização de variáveis, essencialmente as relativas ao número do processo, nome das partes, endereços, data e horário de audiências, dados das testemunhas e documentos anexos aos mandados (chave de acesso), para a confecção de forma automatizada dos referidos mandados.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Consultando o Painel de Acompanhamento de Mandados, estou verificado (10) mandados pendentes de 2023 e (23) mandados pendentes de 2024.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Painel de Acompanhamento de Mandados

Seleção a unidade lotação do mandado: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

Período: 01/01/2023 a 04/05/2024

Último carregamento em: 30/12/2023 21:59:04

UNIDADE	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	DEVOLVIDOS	PENDENTES	EM ANDAMENTO
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	1.930	247	44.444	10	
Total	1.930	247	44.444	10	

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Painel de Acompanhamento de Mandados

Seleção a unidade lotação do mandado: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

Período: 01/01/2023 a 04/05/2024

Último carregamento em: 03/05/2024 18:34:29

UNIDADE	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	DEVOLVIDOS	PENDENTES	EM ANDAMENTO
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS	686	74	714	23	
Total	686	74	714	23	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

OBS CGJ I: Orienta-se ao Diretor de Secretaria realizar a cobrança dos mandados pendentes, com prazo extrapolado, via e-mail encaminhado diretamente à Central de Mandados, com cópia para o oficial de justiça, a fim de que a central adote as providências perante o oficial de justiça. Não havendo resposta, verificar os prejuízos ao processo e expedir comunicação à Corregedoria, desde que comprovada a adoção da providência anterior.

OBS CGJ II.: Antes de expedir o mandado, deve ser verificado pela Secretaria a possibilidade de realização da comunicação por outros meios (eletrônico, correio) nos termos do art. 246 do CPC.

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Em regra, 30 dias de antecedência para os mandados de mero cumprimento e 40 dias para os mandados de audiência.

OBS. CGJ: Observância ao **prazo mínimo de 40 dias de antecedência, conforme o Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI.**

7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

Sim. Processos nº 0804018-78.2022.8.14.0039, 0803373-53.2022.8.14.0039, 0803701-80.2022.8.14.0039 e 0002246-89.2017.8.14.0039. Foi expedido ofício ao juízo deprecante, aguardando retorno. Não houve comunicação à Corregedoria.

Existe ainda o processo 0000072-57.2024.2.00.0814, tramitando no PJE COR, a fim de que haja resposta do **cartório de Ipixuna-PA** acerca de determinação judicial não atendida.

OBS CGJ.: Não havendo resposta quanto ao cumprimento da diligência pelo juízo deprecado, deverá informar este censório nos autos de Correição Ordinária 2024.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

Consultando o Painel de Gestão restou identificado no acervo ativo da unidade 16 processos na classe “Carta Precatória Cível”, como segue:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Filtros aplicados:SIGLAVARIÁVEL e A_AIVOMespass** e UDEUNIDADE e 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINASDECOMARCA não e TRIBUNAL DE JUSTIÇA ou TURMA RECURSALDEUNIDADE

Nº DO PROCESSO	ANO D	SITUAÇÃO	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO	DATA DA E	CÓD	ÚLTIMO MOVI	TE
08023552620248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	7687 - Inventário e Partilha	03/05/2024 09:43	11/04/2024	51	Conclusão	2
08073952320238140039	2023	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11782 - Intimação	02/05/2024 21:21	19/12/2023	85	Petição	3
08011193920248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11782 - Intimação	02/05/2024 15:47	23/02/2024	10966	Mudança de Clas:	3
08054413920238140039	2023	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11785 - Diligências	02/05/2024 01:04	20/09/2023	92	Publicação	3
08025622520248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	8928 - Prazo	30/04/2024 05:07	19/04/2024	92	Publicação	5
08027623220248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	6239 - Fixação 10939 - Intimação / Notificação 1	30/04/2024 04:42	26/04/2024	92	Publicação	5
08025259520248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11783 - Citação	29/04/2024 00:21	18/04/2024	92	Publicação	6
08023908320248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11782 - Intimação	26/04/2024 11:23	12/04/2024	60	Expedição de doc	9
08054015720238140039	2023	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11783 - Citação	26/04/2024 02:03	08/02/2024	92	Publicação	9
08021985320248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	10938 - Citação	23/04/2024 09:39	05/04/2024	60	Expedição de doc	12
08008206220248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11785 - Diligências	19/04/2024 04:55	08/02/2024	1051	Decurso de Prazo	14
08016538020248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11782 - Intimação 11783 - Citação	15/04/2024 03:50	12/03/2024	92	Publicação	20
08022228120248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	9758 - Abandono Intelectual 11785 - Diligências	10/04/2024 14:37	09/04/2024	51	Conclusão	25
08020089020248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	10938 - Citação 11783 - Citação	09/04/2024 14:09	26/03/2024	51	Conclusão	26
08013774920248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	6239 - Fixação	18/03/2024 13:31	07/03/2024	985	MANDADO	48
08009808720248140039	2024	EM ANDAMENTO	Carta Precatória Cível	11786 - Atos executórios	16/03/2024 02:32	19/02/2024	1051	Decurso de Prazo	50

OBS CGJ: Das Cartas Precatórias em tramitação existem **04 (quatro) aguardando cumprimento há mais de três meses:** Processo **0805441-39.2023.8.14.0039** - houve necessidade de designação de perito para cumprimento da diligência deprecada, encontrando-se em tramitação regular /**0807395-23.2023.8.14.0039** - aguarda devolução do oficial de justiça, encontrando-se em tramitação regular / **08054015-72.2023.8.14.0039** – recebido por declínio de competência, ainda não houve pagamento das custas para cumprimento da Deprecata, encontrando-se em tramitação regular / **0806270-20.2023.8.14.0039** - aguarda devolução do oficial de justiça, encontrando-se em tramitação regular.

Em consulta realizada aos referidos processos no PJe, em 23/08/2024, apenas a Carta Precatória **0805441-39.2023.8.14.0039** ainda se encontra em tramitação na unidade. Houve petição de impugnação da perita nomeada e impugnação aos honorários periciais. Conclusos aguardando decisão judicial. As demais cartas supramencionadas já foram devolvidas.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

07 (sete), sendo 03 (três) de instrução e julgamento e 04 (quatro) de conciliação, instrução e julgamento.

OBS CGJ: Durante a inspeção, o magistrado foi sensibilizado quanto a importância de organizar a pauta de audiências de forma a **ampliar o número de audiências de instrução, a fim de impulsionar os processos para julgamento.**

RECOMENDA-SE a organização da pauta de audiência em vista ao incremento de audiências de instrução e julgamento, definindo um número mínimo de audiências de instrução mensal, não inferior aos casos novos distribuídos, considerando a média do último bimestre e o acervo garantindo a tramitação da ação em prazo razoável.

8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

As audiências são alimentadas em planilha de controle interno no Teams pelo gabinete e o cadastro no Pje é realizado pela Secretaria. A unidade realiza as seguintes audiências:



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

1. Conciliação
2. Conciliação, instrução e julgamento
3. Instrução e Julgamento
4. Justificação
5. Justificação prévia
6. Coleta de DNA.

OBS CGJ: Foi localizado no PJe da unidade **17(dezessete)** audiências de datas anteriores à **31/01/2024** com o status **“Designada”**.

Data	Nº do Processo	Vara	Partes	Tipo de Ação	Status	Local
19/07/2023 10:00	0800235-44.2023.8.14.0039	2ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ X NUCLEO definida	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL (1682)	Justificação	ZVCEPARAGO MINAS Designada
25/10/2023 10:00	0803468-49.2023.8.14.0039	2ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas	JAMENSON DE LIRA FET OZA X J. V. V. e outros (1)	AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE (123)	Conciliação/Mediação	Sala de Audiência [CEJUSC P. GM] Designada
05/09/2023 08:30	0800803-02.2019.8.14.0039	2ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas	BANCO DA AMAZONIA S.A [BASA DIRECAO GERAL] X NIVALDO CARLOS STORTI e outros (1)	PROCEDIMENTO COMUM CIVIL (7)	Conciliação/Mediação	Sala de Audiência [CEJUSC P. GM] Designada
24/11/2023 10:00	0804064-33.2023.8.14.0039	2ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas	FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO AVELINO X STEFANIE SANTOS AVELINO e outros (3)	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/88 (89)	Conciliação/Mediação	Sala de Audiência [CEJUSC P. GM] Designada

A unidade foi orientada a sempre que realizar a audiência fazer devido acompanhamento no PJe finalizando como realizada. Em caso de redesignação e/ou não realização por outro motivo, deve a Secretaria alimentar corretamente o PJe a fim de não gerar dados incongruentes.

8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

28/06/2024.

8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Na data da inspeção, havia **05 processos** com prioridade paralisados há mais de cem dias em gabinete.

8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Servidor	Despacho	Decisão	Julgamento
Fernanda Rodrigues Lagares	64	47	71
Ricardo Coelho da Silva	40	40	30
Carolina Cabral Correia	40	40	30
Carlos Eduardo Souza da Silveira	25	25	20

8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

audiência de conciliação?

Sim.

8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Os processos de audiência de conciliação são realizados no juízo ou pelo próprio CEJUSC.

8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).

Não.

8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).

Não.

8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

No Mês de **abril/2024** foram **baixados 166** processos, conforme dado extraído do painel PIB/TJPA.

8.11. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.

Atualmente está previsto mutirão de conciliação das demandas de danos ambientais, em fase de cumprimento de sentença, para os dias 02, 03 e 04 de julho/2024. Além disso, são marcadas audiências de conciliação semanalmente para serem realizadas no juízo ou CEJUSC, conforme o caso.

8.12. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.

São separados os processos de família e as iniciais em que é verificada a possibilidade de conciliação. Além disso, são selecionados os processos em que, mesmo estando em outras fases processuais, não tenha sido oportunizada às partes conciliar.

9. CORREIÇÃO ANUAL:

9.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.

A última correção judicial ocorreu no período de 05/02/2024 a 07/02/2024, registrada no PJE COR sob o nº 0000733-36.2024.2.00.0814.

9.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correção ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?

A orientação deste censório, nos autos de Correção Ordinária, foi no sentido de que a unidade desse prosseguimento na execução do plano de ação em andamento, devendo apresentar os resultados alcançados até 31/07/2024, o que foi atendido pela unidade. Além disso a unidade estava sendo acompanhada no Pedido de Providências 0001142-12.2024.2.00.0814, referente ao monitoramento eletrônico da unidade, cujo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

período de apuração se iniciou em 01/03/2024 e findou em 31/07/2024, com resultados satisfatórios obtidos pela equipe.

Paragominas, data da assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA Assinado de forma digital por SILVIA MARA
COSTA:4596 BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2024.08.30 16:27:11 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

Documento assinado digitalmente



TIARA GUEDES AIRES
Data: 06/09/2024 09:37:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TIARA GUEDES AIRES
Servidora da CGJ

Leituras obrigatórias:

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEPA, de 01.06.2023** (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);